



ISSN: 2595-1661

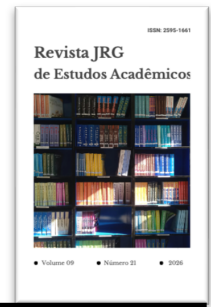
ARTIGO

Listas de conteúdos disponíveis em [Portal de Periódicos CAPES](https://portaldeperiodicos.capes.gov.br/)

Revista JRG de Estudos Acadêmicos

Página da revista:

<https://revistajrg.com/index.php/jrg>



Aleitamento Materno Como Forma de Redução da Mortalidade Neonatal e Infantil

Breastfeeding as a Strategy for Reducing Neonatal and Infant Mortality

DOI: 10.55892/jrg.v9i21.3597

ARK: 57118/JRG.v9i21.3597

Recebido: 04/07/2026 | Aceito: 09/07/2026 | Publicado on-line: 10/07/2026

Deborah Regina Custodio

<https://orcid.org/0000-0000-0000-0000>

<http://lattes.cnpq.br/0000000000000000>

Universidade Federal de Uberlândia, MG, Brasil

E-mail: deborah.custodio@ufu.br

Renata Rodrigues Batista Carneiro

<https://orcid.org/0000-0000-0000-0000>

<http://lattes.cnpq.br/6097058219877515>

Universidade Federal de Uberlândia MG, Brasil

E-mail: renata.carneiro@ufu.br

Wallisen Tadashi Hattori

<https://orcid.org/0000-0002-5502-2595>

<http://lattes.cnpq.br/9220912064138283>

Universidade Federal de Uberlândia, MG, Brasil

E-mail: wthattori@ufu.br



Resumo

O aleitamento materno é essencial para a promoção da saúde infantil e para a redução da mortalidade neonatal e infantil, devido aos seus benefícios nutricionais, imunológicos e protetores. Este estudo teve como objetivo analisar a relação entre o aleitamento materno e a redução da mortalidade neonatal e infantil, considerando evidências científicas e fatores associados à sua prática no contexto da saúde pública. Esta é uma pesquisa de revisão bibliográfica, de natureza qualitativa e descritiva, desenvolvida por meio de buscas nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde, Scientific Electronic Library Online, PubMed e CAPES. Foram selecionados artigos publicados entre 2020 e 2025, analisados de forma sistemática por meio da técnica de análise de conteúdo. Os resultados evidenciaram que o aleitamento materno exclusivo reduz a ocorrência de infecções respiratórias e gastrointestinais, fortalece o sistema imunológico, favorece o desenvolvimento da microbiota intestinal e contribui para a diminuição da mortalidade neonatal e infantil. Também foram identificados fatores socioeconômicos, culturais e assistenciais que influenciam a adesão à amamentação, além da importância das políticas públicas e das ações educativas para sua promoção. Portanto, ficou evidente que o fortalecimento das estratégias de incentivo, proteção e apoio ao aleitamento materno é fundamental para melhorar os indicadores de saúde materno-infantil e reduzir óbitos evitáveis na infância.

Palavras-chave: Aleitamento Materno; Mortalidade Neonatal; Mortalidade Infantil; Saúde Pública; Promoção da Saúde.



Abstract

Breastfeeding is essential for promoting child health and reducing neonatal and infant mortality due to its nutritional, immunological, and protective benefits. This study aimed to analyze the relationship between breastfeeding and the reduction of neonatal and infant mortality, considering scientific evidence and factors associated with its practice in the context of public health. This is a qualitative and descriptive bibliographic review conducted through searches in the Latin American and Caribbean Health Sciences Literature (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SciELO), PubMed, and CAPES databases. Articles published between 2020 and 2025 were selected and systematically analyzed using the content analysis technique. The results showed that exclusive breastfeeding reduces the occurrence of respiratory and gastrointestinal infections, strengthens the immune system, promotes the development of the intestinal microbiota, and contributes to the reduction of neonatal and infant mortality. Socioeconomic, cultural, and healthcare-related factors influencing adherence to breastfeeding were also identified, as well as the importance of public policies and educational actions in promoting this practice. Therefore, it became evident that strengthening strategies aimed at encouraging, protecting, and supporting breastfeeding is essential to improving maternal and child health indicators and reducing preventable childhood deaths.

Keywords: *Breastfeeding; Neonatal Mortality; Infant Mortality; Public Health; Health Promotion.*

1 INTRODUÇÃO

O aleitamento materno constitui uma das práticas mais relevantes para a promoção da saúde infantil, sendo amplamente reconhecido por seus benefícios nutricionais, imunológicos e afetivos. Recomenda-se a amamentação exclusiva nos primeiros seis meses de vida e sua continuidade de forma complementar até, pelo menos, os dois anos de idade. Apesar dessas recomendações, observa-se que a adesão ao aleitamento materno ainda se encontra abaixo do ideal em diversas regiões, o que impacta diretamente os indicadores de saúde infantil, principalmente referente à mortalidade neonatal e infantil (Teixeira *et al.*, 2024).

Historicamente, o aleitamento materno sempre foi a principal forma de alimentação dos recém-nascidos. No entanto, ao longo do século XX, houve uma redução dessa prática, influenciada pela urbanização, inserção da mulher no mercado de trabalho e pela crescente comercialização de fórmulas infantis. A partir das décadas finais do século XX, organismos internacionais e políticas públicas passaram a resgatar e incentivar a amamentação, reconhecendo seu papel essencial na redução de doenças e óbitos evitáveis na infância (Justino *et al.*, 2019).

Cabral *et al.* (2023) evidenciam que o aleitamento materno atua como fator protetor contra infecções respiratórias, doenças gastrointestinais e outras condições que contribuem para a mortalidade neonatal e infantil. O leite materno contém anticorpos e substâncias bioativas que fortalecem o sistema imunológico do lactente, reduzindo o risco de adoecimento e morte nos primeiros anos de vida, a promoção do aleitamento configura-se como uma estratégia eficaz e de baixo custo no enfrentamento da mortalidade infantil.

A redução da mortalidade infantil é um dos principais indicadores de desenvolvimento social e de efetividade das políticas de saúde. Nesse contexto, o incentivo ao aleitamento materno integra programas e estratégias de saúde pública, sendo considerado uma intervenção prioritária em nível global. Além de seus impactos na



saúde da criança, a amamentação também contribui para a saúde materna e para a redução de custos nos sistemas de saúde (Coca *et al.*, 2018).

Diante da relevância do tema e da necessidade de ampliação das práticas de promoção ao aleitamento materno, é fundamental analisar as evidências científicas que relacionam essa prática à redução da mortalidade neonatal e infantil. Assim, este estudo busca compreender, à luz da literatura, como o aleitamento materno pode contribuir para a melhoria dos indicadores de saúde infantil, subsidiando ações e políticas voltadas à proteção da vida nos primeiros anos.

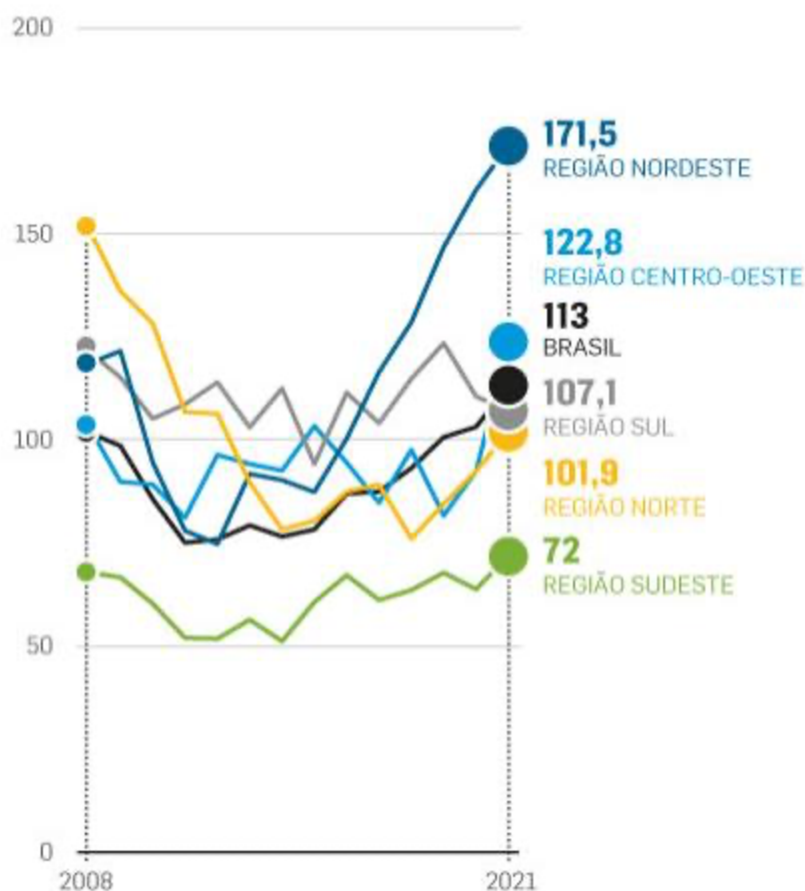
O aleitamento materno como estratégia de redução da mortalidade neonatal e infantil tem grande relevância para a saúde pública, considerando que os óbitos nos primeiros anos de vida ainda configuram um desafio recorrente, sobretudo em populações em situação de vulnerabilidade. Embora existam recomendações consolidadas acerca da importância do aleitamento materno exclusivo, sua prática ainda não ocorre de forma universal, evidenciando lacunas entre o conhecimento científico e sua efetiva implementação (Rocha *et al.*, 2017).

O problema da pesquisa se dá pela persistência de índices consideráveis de mortalidade neonatal e infantil por causas evitáveis, muitas das quais poderiam ser reduzidas mediante a ampliação do aleitamento materno; desinformação, influências socioculturais, condições socioeconômicas e limitações no acesso aos serviços de saúde contribuem para a interrupção precoce dessa prática, justificando a necessidade de investigação contínua (Marques *et al.*, 2022).

Portanto, o estudo é realizado em razão da importância de reunir e analisar evidências científicas que demonstrem a contribuição do aleitamento materno para a redução da mortalidade infantil. Ademais, tem um grande impacto social, ao subsidiar ações de promoção da saúde, orientar práticas profissionais e fortalecer políticas públicas voltadas à proteção e ao desenvolvimento saudável da criança, contribuindo para a melhoria dos indicadores de saúde da população.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Os dados evidenciam um cenário preocupante relacionado à saúde infantil no Brasil, demonstrando que a insuficiência do aleitamento materno, associada à insegurança alimentar, pode contribuir para o aumento da desnutrição e, consequentemente, da mortalidade infantil. Levantamento da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), baseado em informações do Ministério da Saúde referentes ao período de 2008 a 2021, publicado Cofen (2022), revelou que, em média, oito crianças com até um ano de idade são hospitalizadas diariamente por quadros relacionados à falta de alimentação adequada. Em 2021, foram registradas 2.939 internações nessa faixa etária, correspondendo a 113 hospitalizações para cada 100 mil nascimentos, o pior índice observado desde o início da série histórica. O gráfico abaixo mostra esse panorama:

**Gráfico 1. Taxa de hospitalização por desnutrição por 100 mil nascidos vivos:**

Fonte: Cofen (2022).

Embora a situação apresente maior gravidade na Região Nordeste, os pesquisadores destacam que o problema atinge todo o território nacional, refletindo desigualdades socioeconômicas e dificuldades de acesso a condições adequadas de alimentação. Nesse contexto, o aleitamento materno é fundamental na prevenção da desnutrição, das infecções e da anemia, fatores diretamente relacionados à redução da morbimortalidade infantil. Entretanto, a própria insegurança alimentar vivenciada pelas mães pode comprometer a produção de leite materno, uma vez que a lactação demanda, em média, cerca de 640 calorias adicionais por dia para garantir a produção aproximada de 750 mL de leite.

Segundo Grossi *et al.* (2025), a prevalência do aleitamento materno em menores de seis meses no Brasil atinge 78,8%, evidenciando ampla adoção dessa prática no país. Entre as modalidades analisadas, o aleitamento materno exclusivo (AME) apresenta maior representatividade, correspondendo a 45,8%, seguido pelo aleitamento materno misto (AMM), com 19,8%, e pelo aleitamento materno predominante (AMP), com 13,2%. Há variação regional com maior prevalência de AME na região Sul (54,3%) e menor no Nordeste (39,0%), enquanto o AMP e o AMM apresentam maiores índices no Nordeste, é evidenciado predominância da amamentação em áreas urbanas em todas as categorias, indicando maior adesão nessas localidades (Grossi *et al.*, 2025).



Embora o aleitamento materno esteja presente no Brasil, a prática do aleitamento exclusivo ainda não atinge níveis ideais, indicando a introdução precoce de outros alimentos ou líquidos na dieta dos lactentes. As diferenças regionais evidenciam desigualdades no acesso à informação, aos serviços de saúde e às políticas de incentivo, em particular quando se compara o melhor desempenho da região Sul com os índices mais baixos do Nordeste. Ademais, a maior prevalência nas áreas urbanas aponta para uma possível influência da infraestrutura de saúde e das ações educativas mais consolidadas nesses espaços (Grossi *et al.*, 2025).

Diante dessa realidade, o estudo de Alves e Coelho (2021) destaca que a taxa de mortalidade infantil é um dos principais indicadores das condições de saúde e qualidade de vida de uma população, sendo expressa pelo número de óbitos de crianças menores de um ano para cada mil nascidos vivos. Segundo os autores, as principais causas de mortalidade nessa faixa etária incluem prematuridade, doenças diarreicas, anomalias congênitas, asfixia ao nascimento, sepse neonatal e desnutrição. Outrossim, enfatizam que a maioria dos óbitos ocorre no período neonatal, notadamente no primeiro mês de vida, evidenciando a relevância da assistência qualificada durante o pré-natal, o parto e o puerpério, uma vez que grande parte dessas mortes pode ser evitada por meio de cuidados oportunos e eficazes (Alves; Coelho, 2021).

Fatores socioeconômicos e ambientais exercem influência sobre a mortalidade infantil, destacando a insuficiência de renda, a falta de saneamento básico, a baixa escolaridade materna e as limitações no acesso aos serviços de saúde como importantes determinantes. Nesse contexto, o aleitamento materno exclusivo até os seis meses é uma das estratégias mais eficazes para prevenir a desnutrição, reduzir o desmame precoce e diminuir o risco de infecções decorrentes da introdução inadequada de alimentos. É importante a atuação do enfermeiro e das equipes da Atenção Primária à Saúde na promoção de ações educativas e no apoio contínuo às mães, fortalecendo a prática da amamentação e contribuindo para a redução dos índices de mortalidade infantil (Alves; Coelho, 2021). Segundo Braga e demais autores (2025):

Hoje, dez passos para o sucesso da amamentação são recomendados para estabelecer o que é considerado uma alimentação saudável para crianças. O Ministério da Saúde (MS) recomenda o Aleitamento Materno Exclusivo (AME) até os seis meses de idade sem adição de água, chá ou outros nutrientes além do leite materno. Após os seis meses de idade, a recomendação é a introdução lenta e gradual de outros alimentos, mantendo o aleitamento materno, idealmente até os dois anos de idade ou mais (Braga *et al.*, 2025, p.2).

Porém, segundo Barbosa, Vasconcelos e Gomes (2020), diversos fatores interferem na manutenção do aleitamento materno exclusivo durante os primeiros seis meses de vida do bebê. Os autores destacam que a falta de orientação profissional adequada é um dos principais obstáculos, pois dificulta que a mãe desenvolva técnicas corretas de amamentação, mormente em relação à pega adequada do bebê. A pega incorreta pode ocasionar problemas mamários, como dor, fissuras e desconforto, comprometendo a sucção eficiente e favorecendo o desmame precoce. Outrossim, o medo e a insegurança materna, frequentemente decorrentes da ausência de acompanhamento durante o período de lactação, também prejudicam a continuidade da amamentação exclusiva (Barbosa; Vasconcelos; Gomes, 2020).

O estudo também evidencia que a prematuridade representa um importante fator de dificuldade para o aleitamento materno exclusivo. Embora o leite materno seja ainda mais essencial para recém-nascidos prematuros devido ao seu elevado valor nutricional



e imunológico, as mães enfrentam desafios relacionados à internação do bebê, ao ambiente estressante das Unidades de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) e das Unidades de Cuidados Intensivos Neonatais (UCIN), bem como ao uso prolongado de equipamentos que limitam o contato entre mãe e filho. Diante desse cenário, os autores ressaltam que ações educativas contínuas, associadas ao acompanhamento e à orientação dos profissionais de saúde, são fundamentais para fortalecer a confiança materna, prevenir dificuldades na amamentação e favorecer a adesão e a manutenção do aleitamento materno exclusivo até os seis meses de vida (Barbosa; Vasconcelos; Gomes, 2020).

Segundo Dias *et al.* (2026), as mães enfrentam diversos desafios para manter o aleitamento materno exclusivo, principalmente nos primeiros dias após o parto, como a pega incorreta do bebê, fissuras mamilares, dor, ingurgitamento mamário, processos inflamatórios e insegurança emocional, fatores que podem causar sofrimento físico e comprometer a adaptação à amamentação. O estudo também evidencia obstáculos estruturais, como o parto cesáreo, o atraso na descida do leite, a recuperação pós-operatória e a internação do recém-nascido em Unidade de Terapia Intensiva (UTI), situações que favorecem a separação entre mãe e bebê, dificultam o estabelecimento do vínculo afetivo e reduzem a produção de leite. A ausência de protocolos institucionais que incentivem o contato pele a pele imediato e a orientação adequada às puérperas são barreiras adicionais (Dias *et al.*, 2026).

Conforme Bazilio *et al.* (2024), o aleitamento materno exclusivo nos seis primeiros meses de vida é fundamental para assegurar o adequado crescimento e desenvolvimento da criança, recomendado por organismos internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS), o UNICEF e a FAO. Essa prática garante aporte nutricional completo, fortalece o sistema imunológico e contribui para a redução de doenças na infância, além de promover benefícios também para a saúde materna. Apesar dos avanços observados no Brasil, os índices ainda permanecem aquém do recomendado, evidenciando a persistência do desmame precoce (Bazilio *et al.*, 2024). Ademais, cabe destacar que:

O leite materno (LM) é composto por nutrientes essenciais para o crescimento e o desenvolvimento do lactente, apresenta capacidade de suprir qualquer necessidade nutricional dos primeiros seis meses até os dois anos de vida e continua sendo uma fonte de nutriente, proteína, gordura e vitamina. Por isso, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Ministério da Saúde (MS) recomendam o aleitamento materno exclusivo (AME) por seis meses e continuar associando com alimentação até os dois anos de vida ou mais. A ingestão do leite materno tem seus benefícios em longo prazo, e está envolvida com a redução de riscos de doenças crônicas, como obesidade, dislipidemias, diabetes e hipertensão arterial (Bazilio *et al.*, 2024, p.3).

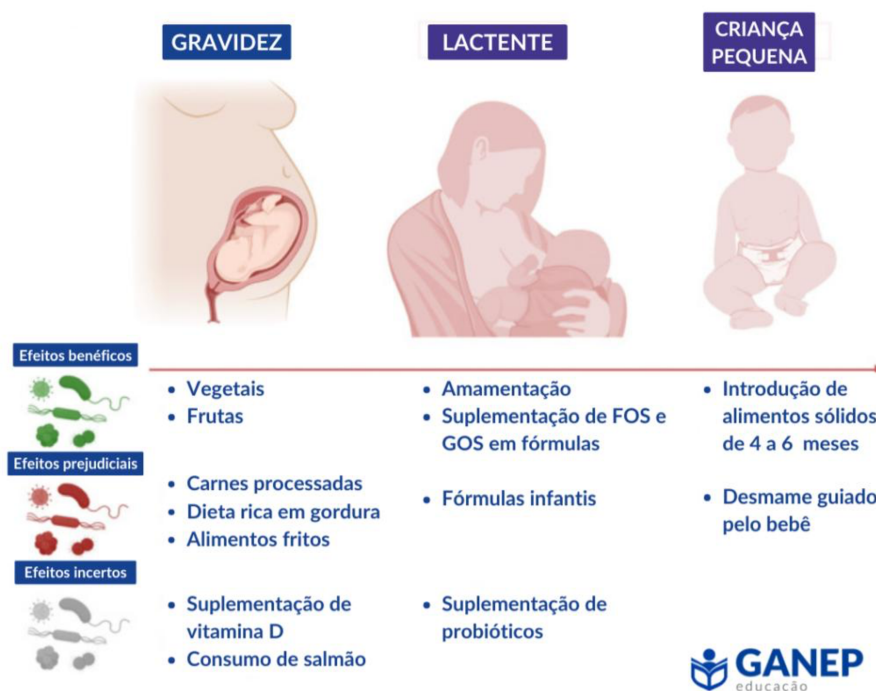
Segundo Masi e Stewart (2024), o aleitamento materno é fundamental na prevenção de doenças, uma vez que o leite humano fornece nutrientes essenciais e uma ampla variedade de componentes bioativos que fortalecem o sistema imunológico do lactente. Além de lactose, lipídios e proteínas indispensáveis para o crescimento e o desenvolvimento cerebral, o leite materno contém oligossacarídeos humanos, imunoglobulinas (especialmente a IgA secretora), lactoferrina, lisozima e células imunológicas que atuam na proteção contra infecções, na modulação da microbiota intestinal e no amadurecimento das defesas imunológicas do bebê. Como resultado, crianças amamentadas apresentam menor risco de infecções, obesidade, diabetes mellitus tipo 1 e leucemia infantil ao longo da vida. Os autores também destacam que os benefícios da amamentação se estendem às mães, reduzindo o risco de hemorragia e depressão pós-parto, diabetes mellitus tipo 2 e cânceres de mama e de ovário,

evidenciando que o aleitamento materno constitui uma estratégia eficaz de promoção da saúde e prevenção de doenças para o binômio mãe-filho (Masi; Stewart, 2024).

Além de aspectos psicossociais e emocionais. O ato de amamentar cria um vínculo poderoso entre mãe e o bebê, sendo a liberação de ocitocina, um hormônio, um dos grandes impulsionadores. Sabe-se que o hormônio da ocitocina não atua apenas no útero, também trabalha na região cerebral materno, levando a um aumento dos sentimentos de bem-estar, calma e afeto. Fortalecendo o vínculo materno-infantil e pode reduzir o risco de depressão pós-parto (Listo *et al.*, 2025, p.8).

Segundo Catassi *et al.* (2024), o aleitamento também é essencial no estabelecimento e na maturação da microbiota intestinal do lactente, pois influencia o desenvolvimento do sistema imunológico e a saúde futura da criança. Os autores afirmam que, embora a colonização microbiana possa ter início ainda durante a gestação, sua fase mais importante ocorre logo após o nascimento, sendo fortemente influenciada pelo tipo de parto, pela alimentação, pelo uso de antibióticos e por fatores ambientais. Durante os primeiros meses de vida, o aleitamento materno favorece a predominância de bactérias benéficas, sobretudo do gênero *Bifidobacterium*, contribuindo para a formação de uma microbiota saudável e para a proteção contra doenças (Catassi *et al.*, 2024).

Figura 1. A figura abaixo resume os efeitos de diferentes moduladores do microbioma em diferentes estágios da vida do bebê:



Fonte: GANEP Educação.

A Figura acima ilustra como diferentes fatores ao longo dos primeiros estágios da vida, gestação, lactência e primeira infância, influenciam a formação da microbiota intestinal. Durante a gestação, uma alimentação materna rica em vegetais e frutas está associada a efeitos benéficos sobre a microbiota, enquanto o consumo frequente de carnes processadas, alimentos ricos em gordura e frituras pode exercer efeitos prejudiciais. No período de lactência, destaca-se o aleitamento materno como a principal



estratégia para promover uma microbiota intestinal saudável, além da possibilidade de suplementação de prebióticos (FOS e GOS) em fórmulas infantis. Já na primeira infância, a introdução adequada da alimentação complementar e o desmame guiado pelo bebê contribuem para a continuidade da maturação da microbiota (Catassi *et al.*, 2024).

Segundo Froñ e Pawilowicz (2024), a continuidade do aleitamento materno após os seis meses de vida, associada à introdução adequada da alimentação complementar, proporciona benefícios duradouros para a saúde infantil. Segundo os autores a amamentação prolongada está relacionada à redução do risco de doenças alérgicas, como asma, rinite alérgica, eczema e alergias alimentares, além de oferecer proteção contra infecções respiratórias, gastrointestinais e otite média. Evidências também indicam menor probabilidade de desenvolvimento de doenças inflamatórias intestinais, obesidade, síndrome metabólica, diabetes tipo 2, leucemia infantil e síndrome da morte súbita do lactente bem como benefícios para o desenvolvimento cognitivo e da microbiota intestinal (Froñ; Pawilowicz, 2024).

Segundo Dinleyici (2025), o leite materno é uma importante fonte de microrganismos benéficos que participam da formação da microbiota intestinal do lactente e do desenvolvimento do seu sistema imunológico, e destaca que o leite humano não é estéril, contendo bactérias, vírus, fungos e arqueias que atuam de forma integrada na promoção da saúde infantil. A composição dessa microbiota varia conforme fatores maternos, como idade, índice de massa corporal, alimentação, uso de antibióticos, doenças, estilo de vida e tipo de dieta, além de fatores relacionados ao bebê, como prematuridade, peso ao nascer, tipo de parto e prática do aleitamento materno exclusivo (Dinleyici, 2025).

O estudo também evidencia que o colostro apresenta maior concentração de bactérias benéficas, como *Bifidobacterium* e *Lactobacillus*, em comparação ao leite materno maduro, refletindo as necessidades específicas do recém-nascido. Existe uma interação entre a microbiota materna e a infantil, envolvendo mecanismos de transferência microbiana entre o intestino materno, a glândula mamária e o lactente, reforçando o aleitamento materno na colonização intestinal saudável, na maturação imunológica e na proteção contra diversas doenças ao longo da vida (Dinleyici, 2025).

Diante dos inúmeros benefícios proporcionados pelo aleitamento materno para a saúde da criança e da mãe, torna-se indispensável o fortalecimento de políticas públicas que promovam, protejam e apoiem essa prática em todas as fases do ciclo gravídico-puerperal. O aleitamento materno contribui para a redução da morbimortalidade infantil, previne infecções e doenças crônicas, favorece o crescimento e o desenvolvimento saudável e fortalece o vínculo entre mãe e filho. A implementação de estratégias governamentais e a atuação dos serviços de saúde e às ações de educação em saúde, é fundamental para ampliar as taxas de amamentação, prevenir o desmame precoce e garantir que mães e crianças tenham acesso ao suporte necessário para o estabelecimento e a manutenção do aleitamento materno.

Segundo Nascimento *et al.* (2022), as políticas públicas e as estratégias de promoção da saúde atuam no aumento das taxas de aleitamento materno ao promoverem ações de incentivo, proteção e apoio à amamentação, sobretudo na Atenção Primária à Saúde. Os autores afirmam que essas políticas contribuem para prevenir o desmame precoce por meio de orientações educativas iniciadas ainda no pré-natal, acompanhamento contínuo da puérpera e fortalecimento da atuação integrada entre profissionais de saúde, família e comunidade. Ademais, destacam que a assistência qualificada favorece a superação de fatores socioculturais que dificultam a amamentação, garantindo maior segurança às mães e fortalecendo a prática do aleitamento materno



como uma estratégia essencial para a promoção da saúde e a melhoria das condições de vida da criança e da mãe (Nascimento *et al.*, 2022).

Segundo Melo, Oliveira e Pereira (2021), o Brasil apresentou avanços importantes na implementação de políticas públicas voltadas ao incentivo do aleitamento materno, acompanhando iniciativas internacionais como o Global Breastfeeding Collective (GBC), liderado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Os autores destacam que o país obteve resultados promissores na adoção do Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno, na expansão de programas comunitários de apoio à amamentação e na realização de avaliações periódicas dessas ações, evidenciando o compromisso nacional com a promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno. Esses avanços demonstram que as políticas públicas brasileiras contribuíram para fortalecer o ambiente favorável à amamentação e ampliar o acesso das mães às estratégias de incentivo e orientação (Melo; Oliveira; Pereira, 2021).

Entretanto, os autores ressaltam que ainda existem desafios para que o Brasil alcance plenamente as metas estabelecidas internacionalmente para 2030. Entre as principais limitações estão a baixa cobertura da Iniciativa Hospital Amigo da Criança, que contempla apenas 23,4% dos nascimentos, a necessidade de maior apoio contínuo na Atenção Primária à Saúde para evitar o desmame precoce, a insuficiência de investimentos financeiros destinados aos programas de aleitamento materno e a ausência de atualizações frequentes dos indicadores nacionais sobre aleitamento materno exclusivo. Embora o país tenha tido progresso na implementação de políticas públicas, é necessário ampliar os investimentos, fortalecer a rede de apoio às lactantes e aperfeiçoar o monitoramento das ações para consolidar avanços sustentáveis nas taxas de amamentação. (Melo; Oliveira; Pereira, 2021).

No cenário atual, observa-se que, embora o Brasil tenha alcançado avanços expressivos na promoção do aleitamento materno ao longo das últimas décadas, os indicadores nacionais ainda permanecem abaixo das metas estabelecidas pelo Global Breastfeeding Collective para 2030. Dados do Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (ENANI/2019) revelaram que a prevalência de aleitamento materno exclusivo em menores de seis meses é de 45,8%, percentual distante da meta internacional de 70%. Além do mais, as taxas de amamentação continuada no primeiro e no segundo ano de vida ainda são insuficientes, exigindo crescimento, sobretudo nas regiões Sul e Sudeste. Também é um desafio, o início precoce da amamentação, recomendado na primeira hora após o nascimento, prática essencial para reduzir a mortalidade neonatal e favorecer o estabelecimento do aleitamento materno. Esses resultados evidenciam que, apesar da existência de políticas públicas consolidadas e da ampla proteção legal, ainda são necessários investimentos contínuos em ações educativas, qualificação dos serviços de saúde, fortalecimento da Atenção Primária e monitoramento sistemático dos indicadores para ampliar a adesão ao aleitamento materno e alcançar as metas internacionais (Boccolini *et al.*, 2023).



3 OBJETIVOS

3.1. Objetivo Primário

Analisar a relação entre o aleitamento materno e a redução da mortalidade neonatal e infantil, considerando evidências científicas e fatores associados à sua prática no contexto da saúde pública.

3.2. Objetivos Secundários

Objetivo secundário 1: Avaliar os efeitos do aleitamento materno exclusivo na prevenção de doenças e na redução da mortalidade neonatal e infantil.

Objetivo secundário 2: Identificar os fatores socioeconômicos, culturais e assistenciais que influenciam a adesão ao aleitamento materno.

Objetivo secundário 3: Analisar a contribuição de políticas públicas e estratégias de promoção da saúde para o aumento das taxas de aleitamento materno.

4 METODOLOGIA

A metodologia empregada neste estudo caracteriza-se como uma pesquisa de revisão bibliográfica, de natureza qualitativa e descritiva, desenvolvida com o objetivo de reunir e analisar evidências científicas acerca da influência do aleitamento materno na redução da mortalidade neonatal e infantil. Esse tipo de investigação possibilita a síntese do conhecimento produzido sobre o tema, contribuindo para uma compreensão mais ampla das evidências disponíveis e subsidiando futuras pesquisas e práticas em saúde.

A coleta de dados foi realizada por meio de buscas nas bases científicas Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SciELO), PubMed e CAPES, reconhecidas pela relevância e confiabilidade das publicações na área da saúde. Para garantir maior precisão na localização dos estudos, foram utilizados descritores padronizados, combinados com os operadores booleanos AND e OR, permitindo identificar produções científicas compatíveis com os objetivos da pesquisa.

A seleção dos estudos ocorreu de forma sistemática, iniciando-se pela leitura dos títulos e resumos dos artigos encontrados. Em seguida, os trabalhos que atenderam aos critérios previamente estabelecidos foram submetidos à leitura na íntegra, possibilitando verificar sua pertinência em relação ao objeto investigado. Foram incluídos artigos publicados entre 2020 e 2025, disponíveis integralmente nos idiomas português, inglês ou espanhol e que abordassem a relação entre o aleitamento materno e a mortalidade neonatal e/ou infantil. Em contrapartida, foram excluídos estudos duplicados, trabalhos incompletos, editoriais, artigos de opinião e publicações sem relação direta com a temática.

Após a seleção dos artigos, as informações relevantes foram organizadas em um protocolo de coleta de dados, contemplando aspectos como autoria, ano de publicação, objetivos, metodologia utilizada e principais resultados apresentados pelos estudos. Essa sistematização favoreceu a comparação das evidências científicas, permitindo identificar convergências, divergências e lacunas existentes na literatura sobre o tema.

A análise dos dados foi conduzida por meio de uma abordagem descritiva e qualitativa, utilizando a técnica de análise de conteúdo. Esse procedimento permitiu agrupar os resultados em categorias temáticas, favorecendo a interpretação crítica das evidências encontradas e a compreensão dos fatores relacionados à prática do



aleitamento materno, sua influência na redução da mortalidade infantil e os elementos que favorecem ou dificultam sua adoção.

Por se tratar de uma pesquisa baseada exclusivamente em fontes documentais, não houve participação direta de seres humanos, dispensando a necessidade de aprovação mediante Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os riscos da pesquisa restringiram-se à possibilidade de vieses na seleção e interpretação dos estudos, minimizados pela adoção de critérios metodológicos rigorosos. Como principal benefício, espera-se ampliar o conhecimento científico sobre a importância do aleitamento materno, fornecendo subsídios para profissionais de saúde, gestores e formuladores de políticas públicas voltadas à promoção da saúde materno-infantil.

5 RESULTADOS

Para uma análise sistematizada da literatura, foram selecionados e analisados individualmente 14 artigos científicos obtidos nas bases de dados SciELO, PubMed e Portal de Periódicos CAPES, por atenderem aos critérios de inclusão estabelecidos para esta revisão. Com o objetivo de sintetizar as principais evidências encontradas, foi elaborado um quadro-síntese contendo, para cada estudo, a identificação dos autores, a metodologia empregada, os principais resultados e as conclusões apresentadas. Essa organização possibilita uma visão comparativa dos estudos incluídos, facilitando a compreensão das abordagens metodológicas utilizadas e das evidências científicas relacionadas ao aleitamento materno, seus benefícios, fatores associados e estratégias de promoção e proteção, este que pode ser observado abaixo:

Tabela 1 – Síntese dos artigos científicos analisados individualmente:

Autores	Metodologia	Resultados	Conclusão
Alves e Coelho	Estudo quantitativo com dados estaduais do Brasil (1996–2014), utilizando modelos econométricos para analisar fatores associados à mortalidade infantil.	Renda média, baixo peso ao nascer, número de consultas de pré-natal e taxa de fecundidade influenciaram a mortalidade infantil, com impacto mais acentuado entre crianças do sexo masculino.	A maior vulnerabilidade dos meninos exige maior atenção das políticas públicas e dos serviços de saúde. Os autores destacam a necessidade de novas pesquisas sobre a influência do aleitamento materno na redução da mortalidade infantil.
Braga et al.	Revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa, exploratória e descritiva.	Evidenciou que a equipe de enfermagem desempenha papel essencial na promoção do aleitamento materno, oferecendo assistência humanizada, orientação às mães e apoio diante das dificuldades relacionadas à amamentação.	O enfermeiro é um agente fundamental para incentivar, orientar e fortalecer o aleitamento materno, contribuindo para reduzir dificuldades e favorecer sua manutenção até os seis meses de vida.
Barbosa, Vasconcelos e Gomes	Revisão integrativa composta por 12 artigos selecionados nas bases BDENF, LILACS, SciELO e BBO.	Identificou fatores socioculturais, mitos, uso de bicos artificiais, dificuldades na técnica de amamentação e outros aspectos que favorecem o desmame precoce, além de destacar o papel da enfermagem na promoção do aleitamento.	Apesar das campanhas de incentivo, o desmame precoce permanece elevado. A manutenção do aleitamento materno exclusivo depende da superação de fatores sociais, culturais e assistenciais.
Dias et al.	Estudo descritivo,	As mães relataram	O sucesso do aleitamento



	qualitativo, realizado com 15 mulheres atendidas em uma Estratégia Saúde da Família, utilizando entrevistas semiestruturadas analisadas por Análise Temática.	dificuldades como dor, fissuras mamilares, internação neonatal e separação precoce do bebê. O apoio de profissionais de saúde, familiares e grupos de apoio fortaleceu a continuidade da amamentação.	materno exclusivo depende da existência de uma rede de apoio integrada, composta por assistência profissional qualificada, suporte familiar e ações educativas contínuas.
Grossi et al.	Estudo transversal descritivo baseado nos dados do 4º Relatório do ENANI (2023).	A prevalência do aleitamento materno em menores de seis meses foi de 78,8%, sendo 45,8% de aleitamento materno exclusivo. Foram observadas diferenças regionais, com maior prevalência de AME na região Sul e menor no Nordeste.	Embora os indicadores tenham evoluído, ainda são necessários maiores investimentos e estratégias de proteção, promoção e apoio ao aleitamento materno para alcançar as metas estabelecidas para 2030.
Bazilio et al.	Revisão integrativa da literatura, de caráter qualitativo, exploratório e descritivo, composta por sete estudos científicos.	Os estudos evidenciaram benefícios fisiológicos, nutricionais e do desenvolvimento infantil proporcionados pelo aleitamento materno exclusivo, além da importância do apoio profissional e da conscientização materna.	É necessário fortalecer estratégias de promoção do aleitamento materno, ampliar o suporte às mães e qualificar os profissionais de saúde, especialmente enfermeiros, para prevenir o desmame precoce e garantir o desenvolvimento saudável da criança.
Masi e Stewart	Revisão narrativa da literatura, com busca de estudos na base Medline sobre os benefícios do aleitamento materno e seus impactos na saúde e na sociedade.	O leite materno fornece componentes imunológicos, antimicrobianos e prebióticos que favorecem a maturação do sistema imunológico e da microbiota infantil. Também reduz o risco de infecções, obesidade, diabetes tipo 1, leucemia infantil e doenças maternas, além de gerar benefícios econômicos para a sociedade.	O aleitamento materno produz benefícios duradouros para mães, crianças e sociedade, sendo necessária a ampliação das pesquisas sobre seus mecanismos biológicos e o fortalecimento de estratégias para sua promoção em escala global.
Listo et al.	Revisão integrativa da literatura, contemplando estudos publicados entre 2010 e 2025.	Demonstrou que o aleitamento materno promove benefícios metabólicos, imunológicos e hormonais para mãe e filho, reduzindo o risco de hemorragia pós-parto, diabetes tipo 2, obesidade, neoplasias hormônio-dependentes e doenças crônicas na infância. Também identificou barreiras culturais, desinformação e fragilidade da rede de apoio como fatores limitantes.	O aleitamento materno exerce impacto imediato e prolongado na prevenção de doenças, devendo ser continuamente incentivado por meio de políticas públicas, ações educativas e apoio dos profissionais de saúde.



Catassi et al.	Revisão da literatura sobre a influência da alimentação materna e infantil no desenvolvimento da microbiota intestinal dos lactentes.	Verificou que o aleitamento materno favorece a colonização por bactérias benéficas, enquanto a fórmula infantil modifica a diversidade microbiana. Em prematuros, o leite materno, probióticos e prebióticos apresentaram resultados promissores na redução da morbidade e mortalidade.	A microbiota intestinal é fortemente influenciada pelo aleitamento materno, sendo necessárias novas pesquisas para compreender os efeitos a longo prazo e desenvolver estratégias que beneficiem prematuros e crianças alimentadas com fórmulas.
Froń e Pawłowicz	Revisão da literatura sobre os efeitos da continuidade do aleitamento materno além dos seis meses de idade.	As evidências indicaram que o aleitamento materno prolongado proporciona proteção contra infecções e doenças crônicas, favorece o crescimento e o desenvolvimento infantil e reduz hospitalizações e mortalidade.	Embora os benefícios do aleitamento prolongado sejam consistentes, são necessários estudos mais robustos para fortalecer as evidências e subsidiar estratégias eficazes de saúde pública.
Dinleyici	Revisão narrativa da literatura sobre os benefícios do aleitamento materno, com enfoque na composição biológica do leite humano, microbiota e repercussões para a saúde materno-infantil.	O leite materno atua como alimento funcional, contendo prebióticos, probióticos e microbiota própria, favorecendo o desenvolvimento da microbiota intestinal, reduzindo infecções, enterocolite necrosante, obesidade, mortalidade infantil e resistência aos antibióticos, além de beneficiar a saúde materna.	O aleitamento materno exclusivo representa uma estratégia essencial para promover a saúde infantil e materna, reduzir custos em saúde e fortalecer o desenvolvimento imunológico e intestinal por meio das propriedades biológicas e microbiológicas do leite humano.
Nascimento et al.	Revisão integrativa da literatura, realizada nas bases LILACS, Medline e SciELO, utilizando os descritores "Políticas Públicas de Saúde", "Aleitamento Materno" e "Atenção Básica de Saúde".	Os estudos demonstraram que o aleitamento materno proporciona benefícios para mãe e recém-nascido e que as políticas públicas desenvolvidas na Atenção Primária são fundamentais para prevenir o desmame precoce, principalmente diante de fatores socioculturais que dificultam a amamentação.	Apesar da existência de políticas públicas de incentivo ao aleitamento materno, é indispensável fortalecer ações educativas desde o pré-natal, envolvendo profissionais de saúde e familiares para promover, proteger e apoiar a amamentação.
Boccolini et al.	Estudo quantitativo de tendência temporal, baseado nos microdados das Pesquisas Nacionais de Demografia e Saúde (PNDS 1996 e 2006) e do ENANI 2019, analisando indicadores de aleitamento materno e comparando-os às metas da OMS/UNICEF para 2030.	Houve aumento dos indicadores de aleitamento materno entre 1996 e 2019, incluindo o aleitamento materno exclusivo antes dos seis meses e a amamentação continuada aos 12 e 24 meses. Entretanto, persistem diferenças regionais e a velocidade de crescimento é insuficiente para atingir as metas estabelecidas para 2030.	O Brasil apresentou avanços importantes nas últimas décadas, porém é necessário acelerar a expansão das ações de promoção e apoio ao aleitamento materno para alcançar os objetivos propostos pela OMS e UNICEF.



Melo, Oliveira e Pereira	Revisão narrativa, com abordagem qualitativa, fundamentada em documentos da Organização Mundial da Saúde (OMS), UNICEF, Ministério da Saúde, Biblioteca Virtual em Saúde, Departamento de Atenção Básica e IBGE, utilizando os indicadores do Global Breastfeeding Collective.	O Brasil apresentou avanços na implementação da legislação de proteção ao aleitamento materno, na participação dos municípios em programas comunitários e na avaliação dessas iniciativas. Entretanto, persistem fragilidades no monitoramento periódico das taxas de amamentação, na ampliação dos Hospitais Amigos da Criança e no financiamento destinado aos programas de incentivo ao aleitamento materno.	Os autores concluem que é necessário fortalecer o monitoramento contínuo das políticas públicas, ampliar o acompanhamento das estratégias de promoção do aleitamento materno e incentivar investimentos financeiros que contribuam para elevar as taxas de amamentação e alcançar as metas internacionais para 2030.
--------------------------	--	---	--

Fonte: A autora.

Dessa maneira, ficou evidente que há um consenso quanto à relevância do aleitamento materno para a promoção da saúde materno-infantil, destacando seus benefícios nutricionais, imunológicos, metabólicos, cognitivos e microbiológicos, além da contribuição para a prevenção de doenças e redução da morbimortalidade infantil.

6 DISCUSSÃO

A análise dos estudos demonstrou consenso de que o aleitamento materno exclusivo representa uma das intervenções mais eficazes para a prevenção de doenças e para a redução da mortalidade neonatal e infantil. Masi e Stewart, Dinleyici, Froñ e Pawłowicz, Listo et al. e Bazilio et al. evidenciaram que o leite materno fornece nutrientes em quantidade adequada e uma ampla variedade de componentes bioativos, como imunoglobulinas, fatores de crescimento, enzimas, oligossacarídeos, células imunológicas e microrganismos benéficos, capazes de fortalecer o sistema imunológico do lactente. Esses componentes favorecem a proteção contra infecções respiratórias, gastrointestinais e outras doenças infecciosas, além de contribuírem para o adequado desenvolvimento metabólico e imunológico da criança, reduzindo a ocorrência de agravos desde os primeiros meses de vida.

Os estudos também ressaltaram que os benefícios do aleitamento materno extrapolam o período neonatal, refletindo positivamente na saúde ao longo da vida. Segundo Dinleyici (2025), Masi e Stewart (2024), Listo *et al.*, (2025) e Froñ e Pawłowicz (2024), crianças amamentadas exclusivamente apresentam menor risco de desenvolver obesidade, diabetes, enterocolite necrosante, alergias, doenças cardiovasculares e algumas neoplasias durante a infância e a vida adulta, estas que podem acarretar em morte. Catassi *et al.* (2024) acrescentam que esses efeitos estão relacionados ao leite materno na formação da microbiota intestinal, uma vez que seus prebióticos, probióticos e simbióticos favorecem o crescimento de microrganismos benéficos responsáveis pela maturação do sistema imunológico, pela integridade da barreira intestinal e pela redução da suscetibilidade a infecções e processos inflamatórios.

Além dos benefícios biológicos, os artigos evidenciaram que o aleitamento materno exclusivo constitui uma importante estratégia de saúde pública para reduzir a mortalidade infantil. Alves e Coelho (2021) afirmam que a melhoria dos cuidados pré e pós-natais, associada à amamentação, contribui muito para a redução dos óbitos infantis, em particular entre crianças do sexo masculino, que apresentam maior vulnerabilidade



biológica. Boccolini *et al.*, (2023), Nascimento *et al.*, (2022) e Melo, Oliveira e Pereira (2021) reforçam que o fortalecimento das políticas públicas, da assistência na Atenção Primária, das ações educativas e das estratégias de incentivo ao aleitamento materno é indispensável para ampliar as taxas de amamentação, prevenir o desmame precoce e reduzir a morbimortalidade neonatal e infantil.

A adesão ao aleitamento materno é influenciada por diversos fatores socioeconômicos e culturais que podem favorecer ou dificultar sua continuidade. Barbosa, Vasconcelos e Gomes (2020) identificaram que crenças populares, mitos relacionados à produção e à qualidade do leite materno, uso precoce de bicos artificiais e pressões do contexto familiar constituem fatores associados ao desmame precoce. De forma semelhante, Listo *et al.*, (2025) destacaram que barreiras culturais, desinformação e fragilidade da rede de apoio reduzem a adesão ao aleitamento materno exclusivo, enquanto Nascimento *et al.*, (2022) ressaltaram que condições socioculturais são um dos principais desafios para a efetividade das políticas públicas voltadas à promoção da amamentação.

Além dos aspectos socioculturais, os artigos apontaram que causas assistenciais exercem papel determinante na manutenção da amamentação. Braga *et al.*, (2025) relatam que a equipe de enfermagem é responsável por oferecer assistência humanizada, orientação técnica e acolhimento às puérperas, contribuindo para superar dificuldades como fissuras mamilares, ingurgitamento mamário, mastite e insegurança quanto à amamentação. Dias *et al.* (2026) reforçaram que a persistência das mães no aleitamento materno exclusivo depende de uma rede de apoio integrada, composta por profissionais de saúde, familiares e grupos de apoio, capazes de fornecer suporte técnico, emocional e educativo durante o período pós-parto. Portanto, ações educativas no pré-natal e no puerpério fortalecem a autoconfiança materna e reduzem as chances de interrupção precoce da amamentação.

Os estudos também evidenciaram a importância das políticas públicas e da organização dos serviços de saúde para ampliar a adesão ao aleitamento materno, pois segundo Nascimento *et al.*, (2022), Melo, Oliveira e Pereira (2021) e Boccolini *et al.*, (2023) afirmam que programas de promoção, proteção e apoio à amamentação, desenvolvidos principalmente na Atenção Primária à Saúde e em iniciativas como os Hospitais Amigos da Criança, contribuem para aumentar as taxas de aleitamento materno. Entretanto, ainda existem desafios relacionados ao monitoramento das políticas, às desigualdades regionais, ao financiamento insuficiente e à necessidade de ampliar estratégias educativas permanentes.

Os estudos analisados evidenciaram que as políticas públicas e as estratégias de promoção da saúde são essenciais na ampliação das taxas de aleitamento materno, particularmente quando desenvolvidas de forma contínua e integrada aos serviços de atenção materno-infantil. Nascimento *et al.*, (2022) destacaram que as políticas públicas voltadas ao aleitamento materno, associadas às ações da Atenção Primária à Saúde, constituem importantes instrumentos para prevenir o desmame precoce e promover a saúde da mãe e da criança, sobretudo por meio de ações educativas iniciadas ainda no pré-natal. Braga *et al.*, (2025) e Dias *et al.*, (2026) ressaltaram que a atuação dos profissionais de enfermagem, junto ao aconselhamento individual, às atividades educativas e ao fortalecimento da rede de apoio familiar, favorece a superação das dificuldades enfrentadas pelas mulheres durante a amamentação, contribuindo para a manutenção do aleitamento materno exclusivo até os seis meses de vida.

No contexto das políticas nacionais, Melo, Oliveira e Pereira (2021) discutiram que o Brasil apresenta avanços importantes na implementação de legislações de proteção ao



aleitamento materno, nos programas comunitários de apoio à amamentação e nas iniciativas voltadas aos Hospitais Amigos da Criança. Entretanto, os autores destacam que persistem desafios relacionados ao monitoramento sistemático das taxas de amamentação, à ampliação do financiamento dos programas e à expansão das ações de apoio em todo o território nacional. Esses resultados são reforçados por Boccolini *et al.*, (2023) que identificaram crescimento expressivo dos indicadores de aleitamento materno entre 1996 e 2019, embora em ritmo ainda insuficiente para alcançar as metas estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde e pelo UNICEF para 2030. Em conjunto, os estudos demonstram que o fortalecimento das políticas públicas, aliado à qualificação da assistência, à educação em saúde e ao apoio contínuo às famílias, é indispensável para aumentar a adesão ao aleitamento materno e consolidar seus benefícios para a saúde materno-infantil.

Com base nos estudos analisados, verifica-se que o aleitamento materno está diretamente relacionado à redução da mortalidade neonatal e infantil, constituindo uma das principais estratégias de promoção da saúde pública. As evidências científicas apresentadas por Masi e Stewart (2024), Dinleyici (2025), Catassi *et al.*, (2024), Froñ e Pawilowicz (2024), Listo *et al.*, (2025) e Bazilio *et al.*, (2024) discutiram que o leite materno oferece proteção imunológica, favorece o desenvolvimento da microbiota intestinal, reduz a incidência de infecções e previne diversas doenças agudas e crônicas, diminuindo o risco de óbitos nos primeiros anos de vida. Paralelamente, Alves e Coelho (2021) destacam que fatores como assistência pré-natal adequada, melhores condições socioeconômicas e cuidados à saúde potencializam esse efeito protetor, notadamente entre crianças biologicamente mais vulneráveis. Além disso, os estudos de Nascimento *et al.*, (2022), Boccolini *et al.*, (2023), Melo, Oliveira e Pereira (2021), Braga *et al.*, (2025), Barbosa, Vasconcelos e Gomes (2020) e Dias *et al.*, (2026) evidenciam que a efetividade do aleitamento materno depende da articulação entre políticas públicas, qualificação da assistência, ações educativas, apoio familiar e atuação dos profissionais de saúde, discutiram que a redução da mortalidade neonatal e infantil resulta da interação entre os benefícios biológicos da amamentação e estratégias de promoção, proteção e apoio implementadas na saúde pública.

7 CONCLUSÃO

A análise dos estudos possibilitou concluir que o aleitamento materno exclusivo é uma das principais estratégias para a promoção da saúde infantil e para a redução da mortalidade neonatal e infantil. As evidências demonstraram que o leite materno fornece nutrientes, componentes imunológicos e bioativos essenciais ao crescimento e desenvolvimento da criança, além de fortalecer o sistema imunológico, favorecer o estabelecimento da microbiota intestinal e reduzir a ocorrência de infecções e outras doenças, proporcionando benefícios que se estendem até a vida adulta.

Os artigos também evidenciaram que a adesão ao aleitamento materno é influenciada por fatores socioeconômicos, culturais, familiares e assistenciais. Dificuldades na amamentação, desinformação, retorno precoce ao trabalho, ausência de apoio familiar e limitações no acompanhamento pelos serviços de saúde contribuem para o desmame precoce. Em contrapartida, a atuação dos profissionais de saúde, as ações educativas iniciadas no pré-natal e o fortalecimento da rede de apoio mostraram-se fundamentais para promover e manter o aleitamento materno exclusivo.

Verificou-se ainda que as políticas públicas brasileiras destinadas à promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno contribuíram para avanços importantes nas taxas de amamentação. Entretanto, apesar da evolução observada nas últimas décadas, os



estudos apontam que o Brasil ainda enfrenta desafios para atingir as metas estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde e pelo Global Breastfeeding Collective para 2030, reforçando a necessidade de ampliar investimentos, fortalecer o monitoramento dos indicadores e expandir as estratégias de incentivo à amamentação em todo o país.

Portanto, o fortalecimento das políticas públicas, da assistência qualificada e das ações de educação em saúde é indispensável para ampliar a prática do aleitamento materno e reduzir os índices de morbimortalidade infantil. É recomendável que futuras pesquisas avaliem a efetividade das intervenções implementadas e desenvolvam novas estratégias voltadas ao aumento da adesão ao aleitamento materno, mormente entre populações em situação de maior vulnerabilidade social.

REFERÊNCIAS

- TEIXEIRA, Angela Santana. *et al.* Aleitamento materno: Benefícios para a saúde infantil e desenvolvimento. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 8, p. 1792-1801, 2024. Disponível em: <https://bjhs.emnuvens.com.br/bjhs/article/view/2947>.
- JUSTINO, Dayane Caroliny Pereira. *et al.* Avaliação histórica das políticas públicas de saúde infantil no Brasil: revisão integrativa. **Revista Ciência Plural**, v. 5, n. 1, p. 71-88, 2019. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://periodicos.ufrn.br/rcp/article/view/17946&ved=2ahUKEwj2vf8gL-VAxWsn5UCHXvdBQAQFnoECCcQAQ&usg=AOvVaw3Pek53e0EoCscCx3yCkHpI>.
- CABRAL, Patrícia Espanhol. *et al.* A importância do aleitamento materno nos primeiros meses de vida. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 2, n. 1, 2023. Disponível em: <https://remunom.ojsbr.com/multidisciplinar/article/view/1223>.
- COCA, Kelly Pereira. *et al.* Conjunto de medidas para o incentivo do aleitamento materno exclusivo intra-hospitalar: evidências de revisões sistemáticas. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 36, p. 214-220, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpp/a/8y5wssjbrBym7XjhnH9sJrS/?lang=pt>.
- ROCHA, Letícia Braga. *et al.* Aleitamento materno na primeira hora de vida: uma revisão da literatura. **Revista de Medicina e Saúde de Brasília**, v. 6, n. 3, 2017. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rmsbr/article/view/8318>.
- MARQUES, Maria Júlia Cardoso. *et al.* Obstáculos ao aleitamento materno: desinformação, dilemas éticos e socioculturais. **Anais da Semana Universitária e Encontro de Iniciação Científica** (ISSN: 2316-8226), v. 1, n. 1, 2022. Disponível em: <http://publicacoes.unifimes.edu.br/index.php/anais-semana-universitaria/article/view/1849>.
- COFEN. **Hospitalização de bebês por desnutrição atinge pior nível em 14 anos**. Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), 2022. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/hospitalizacao-de-bebes-por-desnutricao-atinge-pior-nivel-em-14-anos/>.



- ALVES, Taytiellen Fernandes; COELHO, Alexandre Bragança. Mortalidade infantil e gênero no Brasil: uma investigação usando dados em painel. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 1259-1264, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/nMq54VMxLCKDSMhsPhK6JYG/?lang=pt>.
- BRAGA, Lorraine Nascimento Teixeira. *et al.* Os benefícios do aleitamento materno exclusivo até os seis meses de vida. **Revista Pró-Universus**, v. 16, n. 3, p. 155-165, 2025. Disponível em: <https://editora.univassouras.edu.br/index.php/RPU/article/view/4362>.
- BARBOSA, Diogo Jacintho; VASCONCELOS, Thais Cesário; GOMES, Marcia Pereira. Fatores que interferem no aleitamento materno exclusivo durante os primeiros seis meses de vida do bebê. **Revista Pró-Universus**, v. 11, n. 1, p. 80-87, 2020. Disponível em: <https://editora.univassouras.edu.br/index.php/RPU/article/view/2208>.
- DIAS, Ernandes Gonçalves. *et al.* Desafios enfrentados por mães para praticar o aleitamento materno exclusivo até os seis meses de vida da criança. **Journal of Health & Biological Sciences**, v. 14, n. 1, p. e6212-e6212, 2026. Disponível em: <https://periodicos.unichristus.edu.br/jhbs/article/view/6212>.
- GROSSI, Luiza Marques. *et al.* Análise da prevalência do aleitamento materno em menores de 6 meses no Brasil. **Brazilian Journal of One Health**, v. 2, n. 1, p. 289-294, 2025. Disponível em: <https://brjohealth.com/index.php/ojs/article/view/46>.
- BAZILIO, Graciele de Fátima. *et al.* A importância do aleitamento materno exclusivo nos 6 primeiros meses de vida. **Revista Pró-Universus**, v. 15, n. Especial, p. 119-124, 2024. Disponível em: <https://editora.univassouras.edu.br/index.php/RPU/article/view/4357>.
- MASI, Andrea C; STEWART, Christopher J. Role of breastfeeding in disease prevention. **Microbial biotechnology**, v. 17, n.7, jul. 2024. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38946112/>.
- LISTO, Lara Faneli. *et al.* O aleitamento materno: desafios e redução de comorbidades para mãe e bebê. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 12, p. 6695-6710, 2025. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/23459>.
- CATASSI, Giulia. *et al.* The Role of Diet and Nutritional Interventions for the Infant Gut Microbiome. **Nutrients** v. 16, n.3, Jan. 2024. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38337684/>.
- FRONÍ, Anita; PAWIŁOWICZ, Magdalena Orczyk. Breastfeeding Beyond Six Months: Evidence of Child Health Benefits. **Nutrients**, v. 16, n.22, Nov. 2024. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/39599677/>.
- DINLEYICI, Ener Cagri. Breastfeeding and Health Benefits for the Mother-Infant Dyad: A Perspective on Human Milk Microbiota. **Annals of nutrition & metabolism** v. 81, n. 1, p.7-19, fev. 2025. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/39914371/>.



- NASCIMENTO, Laura Catarine. *et al.* A importância das políticas públicas de incentivo ao aleitamento materno exclusivo em lactentes na Atenção Básica: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 11, p. e83111133272-e83111133272, 2022. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/33272/28364/376316&ved=2ahUKEwjDuIe4sreVAxUWp5UCHQBbI5cQFnoECCIQAQ&usg=AOvVaw1e2gV3I3xgkaWKOyJEC080>.
- BOCCOLINI, Cristiano Siqueira. *et al.* Trends of breastfeeding indicators in Brazil from 1996 to 2019 and the gaps to achieve the WHO/UNICEF 2030 targets. **BMJ global health**, v. 8, n.9, 2023. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10481725/>.
- MELO, Daiane Sousa; OLIVEIRA, Mariane Helen de; PEREIRA, Débora dos Santos. Progressos do Brasil na proteção, promoção e apoio do aleitamento materno sob a perspectiva do Global Breastfeeding Collective. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 39, p. e2019296, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpp/a/yyBMQgsjQYVS4RGYfPjH3xK/?lang=pt>.